

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

FABIANO GÁLATAS AMARO SILVA
LARA ANDRADE SANTOS

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO
SUPERIOR

ANÁPOLIS
2017

FABIANO GÁLATAS AMARO SILVA
LARA ANDRADE SANTOS

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO
SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para a obtenção do título de especialista em Docência Universitária, sob orientação dos professores Me. Willian Cândido e Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel.

ANÁPOLIS
2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

FABIANO GÁLATAS AMARO SILVA

LARA ANDRADE SANTOS

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO
SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para a obtenção do título de especialista em Docência Universitária, sob orientação dos professores Me. Wilian Cândido e Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel.

Data da aprovação: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Willian Cândido
Orientador

Profa. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel
Orientadora

Prof. Me. Emerson A. Sill
Convidado

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Fabiano Gálatas Amaro Silva¹
Lara Andrade Santos²
Prof. Me. Wilian Cândido³
Profa. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel⁴

RESUMO: O presente artigo trata-se de uma investigação descritiva e explicativa, como também bibliográfica, pesquisa de campo e estudo de caso, elaborado a partir da leitura em livros, artigos entre outras fontes, bem como através da observação e aplicação de questionário dentro de instituições de ensino superior, sendo estas públicas e privadas, com o principal objetivo de analisar os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência na tentativa de ingresso e permanência como discentes do ensino superior. A pesquisa faz observações quanto às diretrizes que acolhem as pessoas com deficiência, ressalta conceitos sobre os vários tipos de deficiências existentes, auxilia o leitor a entender o que vem a ser acessibilidade e inclusão e ainda expõe o número de alunos caracterizados como deficientes matriculados nas instituições participantes da construção do trabalho. Com essas informações pretende-se romper com preconceitos estabelecidos e incentivar que mais alunos procurem ingressar no ensino superior além é claro, de provocar as instituições de ensino para se atentarem mais a este público promovendo assim, uma verdadeira educação inclusiva e não apenas se limitando a estabelecer cotas para alunos com dificuldades e limitações.

Palavras-chave: Acessibilidade, Inclusão, Deficiência, Educação Inclusiva.

¹ Fabiano Gálatas Amaro Silva: Bacharel em Administração pela UniEVANGÉLICA Anápolis/2016; pós-graduando em Docência Universitária pela Faculdade Católica de Anápolis/2017. E-mail: fabiano-galatas@hotmail.com

² Lara Andrade Santos: Licenciada em Pedagogia pela UniEVANGÉLICA Anápolis/2016; pós-graduanda em Docência Universitária pela Faculdade Católica de Anápolis/2017. E-mail: laraandradesantos@yahoo.com.br

³ Prof. Me. Wilian Cândido: Professor Mestre do Curso de especialização em Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis. E-mail: wiliancandido01@gmail.com

⁴ Profa. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel. Graduada em Letras pela Faculdade Anhanguera de Anápolis; Especialista em Assessoria Linguística e Revisão Textual pela Universidade Estadual de Anápolis e Professora na Faculdade Católica de Anápolis. E-mail: aracellyloures2008@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Abordar o tema inclusão de deficientes provoca inquietação e até mesmo desconforto nas pessoas e instituições. Primeiro, pelo fato de que as pessoas já têm ideias preconcebidas e mesmo imagens já formadas sobre o que é uma pessoa deficiente. Muitas empresas por sua vez, encaram o assunto como desafio e até mesmo como atraso ou gasto em atividades operacionais. Muitos termos pejorativos são utilizados para se referir a uma pessoa com deficiência, dentre eles pode-se lembrar as expressões: ceguinho, mudinho, retardado, débil mental, aleijado e manco. Estes termos têm provocado exclusão social dos indivíduos julgados diferentes dos padrões estabelecidos pela sociedade de um modo geral. Vale ressaltar que nenhum ser humano apesar de pertencer à mesma espécie é igual ao outro e nada mais normal que apresentar diferenças de cor de pele, cabelo, olhos, altura, peso e outras mais estéticas que implicam em diferenciação étnica e até mesmo sociocultural.

Muitas pessoas detentoras de algum tipo de deficiência aspiram ingressar no ensino superior, porém não o fazem devido às dificuldades encontradas ao tentar acessar a esse ensino. Estas dificuldades se apresentam desde uma estrutura física limitada até políticas, normas e métodos que impedem o repasse de informação, dificultam o processo de ensino-aprendizagem e até mesmo restringem a flexibilidade nas formas de avaliação desse público. Assim sendo, a pessoa com deficiência (PCD) se sente oprimida ao tentar ingressar no ensino superior.

As instituições de ensino superior, independente de serem públicas ou privadas, devem promover educação inclusiva. Termo este que não deve se limitar apenas ao fato de as faculdades, universidades, centros universitários e institutos disponibilizarem vagas para negros, indígenas e deficientes, conhecidas como sistema de cotas, nem é claro, romper com tal política. Cada pessoa dentro de sua condição deve ser avaliada e submetida a um tratamento condizente com seu real histórico.

Pretendeu-se ao longo deste trabalho analisar os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência na tentativa de ingresso e permanência como discentes do ensino superior. Para tal, foi necessário: Verificar as diretrizes que regem a inclusão, ingresso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior como discentes, de modo a diagnosticar sua autonomia e execução. Expor e esclarecer conceitos e classificações já definidas por entidades e instituições com real competência para criar tais definições e por fim, compreender e

discutir sobre os conceitos de acessibilidade, inclusão e exclusão social, apontando suas aplicações nas instituições de ensino.

O tema foi escolhido para objeto de estudo devido à repercussão e pertinência que o assunto provoca na sociedade e no contexto educacional de modo geral, uma vez que muitas instituições dizem estar preparadas para lidar com a situação, mas, na verdade, ainda há um grande número de pessoas à margem do ambiente acadêmico. Por isso, é necessário desmistificar e quebrar paradigmas para então ceder a quem busque independente de sua condição física, genética, mental e mesmo financeira, condições para ingressarem e adquirirem conhecimento e capacitação enquanto alunos do ensino superior.

Esta pesquisa quanto aos fins foi descritiva e explicativa e quanto aos meios foi de caráter bibliográfico, pesquisa de campo e estudo de caso, devido à necessidade de levantar dados referentes ao número de alunos matriculados nas instituições de ensino classificados como deficientes. Também foram feitas entrevistas e aplicação de questionário com coordenadores de cursos e com alunos para entender sobre o desenvolvimento dos alunos deficientes no decorrer das aulas.

As informações levantadas foram obtidas em artigos e livros relacionados à temática proposta e também através de documentos como a Constituição Federal do Brasil publicada em 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional publicada em 1996. Logo, o artigo foi dividido em três partes, sendo a primeira um comentário sobre a parte legal da educação inclusiva e as políticas públicas que abrangem o tema, a segunda classifica as deficiências quanto os seus tipos e a terceira trata-se de uma abordagem sobre acessibilidade, inclusão e exclusão social.

Após esta investigação, espera-se que as pessoas que queiram estudar no ensino superior se sintam apoiadas a fazer isso e que conseqüentemente, as instituições repensem sobre suas políticas de inclusão e forneçam assim, condições necessárias para o sucesso de seus estudantes e por fim, despertar nos leitores uma consciência crítica acerca do processo de inclusão.

2 COMPOSIÇÃO LEGAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Hoje a educação inclusiva está em pauta em todos os níveis educacionais. Isso porque desde a Constituição Federal de 1988 vem sendo criadas leis, diretrizes, decretos, resoluções e outros para fazer da educação no país totalmente inclusiva, tanto no sentido de

incluir pessoas portadoras de necessidades especiais, quanto incluir pessoas com baixo índice econômico familiar.

A Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 deixa claro no art. 3º, inciso IV que um dos princípios fundamentais da República é justamente promover a todos o bem, independentemente de seu credo, cor, origem, opção sexual etc. E a educação está inclusa nesse aspecto de “bem” supracitado. Santos (2012) reitera que a CF/1988 reconhece a educação como um setor do Estado brasileiro, e ainda atribui esse setor como responsabilidade da família, sociedade e Estado.

Partindo do princípio do artigo 205 de que a educação é direito de todos e do artigo 5º, inciso II, que assegura que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei, grifados na Constituição Federal, podem-se questionar as instituições de ensino quanto à promoção da educação inclusiva, visto que muitas pessoas tem o desejo de inserirem-se no ensino superior, mas são barradas muitas vezes por políticas e métodos de ensino, bem como estruturas ou instrumentos limitados e também por falta de profissionais qualificados nas instituições para assumirem esse compromisso.

As instituições de Ensino Superior do Brasil (IES) só se integraram à educação especial inclusiva com a promulgação da Lei n. 5.692/71, art.29, pelo fato de que houve ali a obrigatoriedade de que a formação de professores fosse se elevando progressivamente de acordo com os graus de ensino inseridos (BUENO, 2002).

Mesmo diante da obrigatoriedade em profissionalização, ainda há um número significativo de instituições e profissionais incapazes de acolher as pessoas com deficiências, dependendo do tipo de limitação. Algumas até contratam profissionais intérpretes de LIBRAS (língua brasileira de sinais), porém não fornecem recursos para deficientes visuais e outros.

Em 1994 em Salamanca, Espanha, 88 países e 25 organizações internacionais em assembleia redigiram o documento conhecido como Declaração de Salamanca. O qual segundo a ONU (1994) reafirma o direito de educação para todos endossando a necessidade de se estender esse direito também às pessoas com deficiência (PCD). Esse documento ressalta que os países que concordaram em assiná-lo devem favorecer a inclusão criando leis e reservando verbas específicas para que sejam possíveis as políticas de inclusão no ensino regular.

Conforme posto pela Declaração de Salamanca (1994, p.1) “sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades”, infere-se aqui que

mais do nunca as instituições de ensino devem estar preparadas para lidar com pessoas de qualquer tipo de deficiência, sendo necessário utilizar matérias ou mão de obra especializada. Pode-se dizer que o conjunto de recomendações e propostas da Declaração de Salamanca, é guiado pelos seguintes princípios de que independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos; que todo ser humano que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerado com necessidades educativas especiais; ainda cabe a escola adaptar-se às peculiaridades dos alunos, não o contrário; e por fim que o ensino deve ser diversificado e realizado com interação de todos os envolvidos (PACIEVITCH, 2006).

No Brasil, a inclusão infelizmente não pôde (em muitos casos) surtir os efeitos desejados pelos defensores de tal perspectiva, devido ao fato de a velocidade com que os portadores de necessidades educacionais especiais foram incluídos não corresponde à mesma com a qual as instituições educacionais se aparelham para receber esses indivíduos, assim como, entre os docentes brasileiros, há ainda a necessidade de dar maior ênfase no preparo para trabalhar com essa modalidade de ensino. (SANTOS, 2012, p. 42).

Percebe-se que já existem iniciativas para que a inclusão aconteça de forma real no país, porém, não se pode afirmar que tais iniciativas tenham realmente surtido efeito no dia a dia do aluno com deficiência, pois é evidente que ainda existe um *déficit* nas ações em *prol* da educação inclusiva. Resta também, lamentar o fato de que mesmo com tantas políticas públicas, que favoreçam a inclusão na educação e procura viabilizar a mesma, essas não têm sido aplicadas com eficácia, já que muitas vezes são deixadas de lado por todos aqueles que deveriam procurar fazer da educação um direito de todos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394 promulgada em 1996 traz nos artigos 58 e 59 algumas especificidades para com a educação especial no Brasil. Determinando assim, que a rede regular de ensino deva oferecer a educação especial a todos os alunos com deficiências distintas. Assegurando a todos esses indivíduos serviços especializados segundo sua necessidade. Sendo que, se não for possível que esse aluno permaneça em salas de aula comuns é preciso que haja um local especializado e pronto para atendê-lo de maneira a oferecer a ele educação segundo as suas capacidades. O parágrafo 3º do artigo 58 deixa claro que a educação especial deve ser oferecida em todos os níveis educacionais, tendo início na educação infantil. Assim, é importante ressaltar o art. 59 que ordena como deve acontecer a educação inclusiva e o que essa modalidade de educação garante ao seu aluno.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: [...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora. (BRASIL, 1996).

Desse modo, observa-se que a LDB ratifica uma opção político-teórica feita pelo Estado Brasileiro para adotar a perspectiva inclusiva como norma definidora de suas políticas públicas para essa modalidade de ensino (SANTOS, 2012).

Nota-se a partir daqui o nível de responsabilidade que as IES têm em mãos quanto ao compromisso de educar pessoas e oferecer acesso a um ensino verdadeiramente eficaz e igualitário que seja capaz de formar pessoas hábeis a serem inseridas no mercado de trabalho e mais ainda na sociedade sem que sofram qualquer tipo de segregação ou discriminação.

Ainda para critérios de fixação quanto aos direitos dos deficientes no acesso a educação pode-se citar aqui o Plano Nacional de Educação (PNE), que está inserido na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. O PNE estabelece 20 metas de compromisso com a qualidade da educação, e dentre estas, a meta de número 4 (quatro) diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade, afirmando que o portador de necessidades especiais tem direito a uma educação universalizada e que garanta a esse acesso não apenas a escola em si, com rampas, placas em braile, mas também o acesso à educação nas escolas regulares.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014).

Tais políticas públicas devem fortalecer os sistemas educacionais inclusivos em todos os âmbitos e perspectivas. Cabe aos estados e municípios, assim como gestores das IES a busca por acesso igualitário e de uma educação de qualidade para os deficientes. Para que isso aconteça é primordial que as instituições ofereçam mão de obra qualificada, materiais e métodos eficientes para prover uma verdadeira educação inclusiva e não se limitem apenas a fornecer verbas ou cotas para o ingresso no ensino superior. Portanto, é fundamental entender as peculiaridades de cada indivíduo para então ser capaz de agir.

3 CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS TIPOS DE DEFICIÊNCIAS

A discriminação para com as pessoas que possuem alguma variação genética acontece diariamente e é feita por colegas de estudo, de trabalho, e até mesmo familiares. As pessoas utilizam termos pejorativos com o propósito de diminuir o deficiente perante a sociedade. Cabe então, destacar que a forma correta de se referir às pessoas com disfunções ou variações, de acordo com a Portaria 2.344/2010 da Secretaria dos Direitos Humanos, é utilizando o termo pessoas com deficiência (PcD). Este termo veio para substituir o antigo PNE (Portador de necessidades especiais) visto que portador de necessidades pode também ser o idoso, o acidentado ou a criança que necessita de cuidados especiais durante determinado tempo (MANUAL de Redação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2011).

Na década de 80, a Organização Mundial da Saúde (OMS) desenvolveu a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), incapacidade e saúde, que distingue cada tipo de deficiência e enquadra em uma classificação própria, portanto é necessário compreendê-las (ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde, 2003).

Vale relembrar que a palavra Deficiência no inciso I, Artigo 3º do Decreto federal nº 3.298/1999 - LEI 7.853/89 é definida como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

Há também a conceituação da Convenção da Guatemala que internalizada à Constituição Brasileira pelo Decreto nº 3.956/2001, no seu artigo 1º define deficiência como “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. Essa convenção foi firmada a fim de eliminar qualquer tipo de discriminação e para promover a integração do deficiente à sociedade, pois ao se ter tal conceito, inibe-se insultos e comentários relacionados à condição individual de cada ser.

Muitas pessoas tem um conceito de deficiência formado culturalmente, diante daquilo que acreditam estar dentro dos padrões sociais e assim acabam por excluir aqueles que por suas deficiências se diferem desses padrões.

Em 1997, a Organização Mundial de Saúde estimava que 10% da população mundial tinha algum tipo de deficiência, distribuídos da seguinte forma: 5% com deficiência intelectual; 2% apresentavam deficiência física; 2% com deficiência visual e 1% possuíam

deficiência múltipla. Assim sendo, para cada tipo de deficiência existe uma classificação internacional específica (LIMA, 2006).

Nas escolas e universidades podem-se encontrar pessoas com diversos tipos de deficiências, entretanto as comumente encontradas são deficiências físicas, auditivas, visuais e intelectuais, essa última apresenta variadas formas de manifestação como Síndromes e transtornos, sendo assim, é preciso diferenciar as mais comuns.

Segundo Ampúdia (2016) as deficiências físicas são complicações que acarretam limitação da mobilidade e da coordenação geral, e também pode comprometer a fala, em diferentes graus. As causas estão relacionadas a lesões neurológicas e neuromusculares até má-formação congênita, ou condições adquiridas, como hidrocefalia (acúmulo de líquido na caixa craniana) ou paralisia cerebral.

O artigo 4º, inciso I do decreto 3.298 dispõe que deficiência física é a:

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 1989).

A deficiência física é vista com mais frequência nas escolas e universidades pelo fato de que é menos exigente quanto à políticas de inclusão e acessibilidade. O deficiente físico que queira estudar em IES deve verificar se as condições estruturais oferecidas pela instituição proporcionarão facilidade em sua movimentação, sejam por rampas de acesso, elevadores e/ou barras de apoio.

Sobre a deficiência auditiva, Gagliardi e Barrella (1986) interpretam como uma forma de limitação sensorial, expressa por uma reação anormal diante do estímulo sonoro. Portanto pode ser entendida como a perda, maior ou menor, da percepção normal dos sons, e é classificada conforme o grau de afetação. Esta perda é avaliada pela intensidade do som, medida em decibéis (dB), em cada um dos ouvidos (MARCHESI, 1996).

Conforme a Secretaria de Educação Especial (1997, p.31) a deficiência auditiva é “a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum e parcialmente surdo aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva”. De acordo com as pesquisas da Secretaria de Educação especial uma em cada mil crianças nasce profundamente surda.

Para lidar com deficientes auditivos as IES devem dispor de profissionais intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e também estimular aqueles com percentual em funcionamento a compreenderem certos sons, através de dinâmicas e atividades que envolvam barulho, a leitura também auxilia em muito o desenvolvimento desse indivíduo.

A deficiência visual é mais fácil de identificar. É classificada de acordo com o grau de visão do indivíduo que pode ser desde a cegueira total, até a visão perfeita, também total. Assim, se refere ao espectro que vai da cegueira até a visão subnormal (GIL, 2000).

De acordo com a Lei n. 7.853, de 24 de Outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define deficiência visual na perspectiva de cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, os casos nas quais a somatória do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Para lidar com alunos com deficiência visual as IES devem proporcionar materiais em braile, lupas e outros materiais que trabalhem com tamanhos e cores a fim de estimular o sentido da visão. O ser que já nasceu cego faz de seu mundo seu próprio conceito de padrão de vida, diferente da pessoa que por desgraça, perde a visão, passando a enfrentar grandes obstáculos de adaptação, cabe aí que todos, mais do que nunca deem o máximo de apoio.

Já a deficiência intelectual, conforme Rocha (2013) é causada por diversos fatores orgânicos e estimulada por interferência de fatores sociais. Além disso, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno DSM-5 (2014, p. 31) relata que a deficiência intelectual:

Caracteriza-se por déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência. [...] A deficiência intelectual pode ser consequência de uma lesão adquirida no período do desenvolvimento, decorrente, por exemplo, de traumatismo craniano grave, situação na qual um transtorno neurocognitivo também pode ser diagnosticado.

Para Omote (1980 *apud* GLAT, 2009) deficiência intelectual é um fenômeno socialmente construído, que não pode ter suas fontes causadoras negligenciadas. Essas fontes podem ser tanto fatores internos ou externos ao indivíduo, inseridas no contexto particular de cada ser, como socialização e educação incoerentes, problemas financeiros e até mesmo a preocupação com a imagem social.

Indivíduos com deficiência intelectual têm maiores dificuldades em integração social e por isso são sempre os mais excluídos e marginalizados socialmente. Recebem apelidos

muito ofensivos e pouco apoio dos próximos. Apresentam dificuldades em se relacionar afetivamente e socialmente, assim poucos conseguem emprego ou concluir estudos. Muitas pessoas os consideram agressivos ou perigosos e sentem desconforto na presença de um deficiente intelectual, porém assim como qualquer ser humano, esse deficiente carece de atenção e cuidados específicos, que vão muito além de tratamentos farmacológicos. Para lidar com estes alunos as IES devem ter profissionais verdadeiramente especializados e com total compromisso e dedicação para superar barreiras que não de surgir.

Ao compreender cada tipo de classificação e entender os critérios de definição de ambas as deficiências vale então atentar-se no momento de fazer um pré-julgamento, entender que não existem apelidos e não se devem usar palavras depreciativas quanto à condição de um ser humano. Um deficiente auditivo com fala comprometida não é um “mudinho” ou “surdinho”, mas sim uma pessoa diferente do padrão imposto pela sociedade.

Diante da exposição da conceituação dos diversos tipos de deficiência de forma simplificada, é necessário diferenciar acessibilidade e inclusão para então ser possível relacionar ambos os termos.

4 ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Quando se pensa em acessibilidade não se deve limitar o conceito apenas a fatores estruturais físicos. Essa palavra tem amplas dimensões que vão muito além de rampas de acesso e elevadores nas instituições. Assim Fernandes (2008, p.81) aponta que promover acessibilidade é oferecer “condição que possibilite a participação social da pessoa de forma autônoma e independente”. A autora analisa o conceito por quatro vertentes:

- Arquitetônica: significa promover, ou melhor, facilitar o acesso do deficiente ao espaço físico que este queira integrar. Acontece por meio da construção de rampas com inclinação adequada, adaptação de portas e assentos, instalação de barras de apoio em banheiros e corredores entre outros.

- Comunicacional: esta engloba as várias formas de comunicação existentes, seja oral, escrita, verbal ou não e até mesmo sinais, como placas e demais desenhos.

- Instrumental: está relacionada à adaptação de instrumentos e materiais utilizados pelos deficientes em suas rotinas e mesmo processo de aprendizagem, como lupas, bengalas, andadores, gravuras e impressões em braile e até mesmo brinquedos e objetos interativos.

- Metodológica: refere-se às mudanças e adaptações nas técnicas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem, e mesmo na criação de estratégias que facilitem a compreensão do conteúdo, pode até mesmo ser o tempo adicional dado nas provas, reforço de conteúdo e dinâmicas e atividades de associação com a matéria.

Além destas quatro variações a Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul publicou um manual com mais outros dois conceitos:

- Acessibilidade Programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.) normas e regulamentos (institucionais, empresariais, etc.).

- Acessibilidade Atitudinal: sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, nas pessoas em geral (MANUAL de Redação – mídia inclusiva, 2011, p.5).

Ao trazer esses conceitos, pretende-se fazer com que as pessoas percebam que a acessibilidade não se limita apenas às rampas, elevadores ou intérpretes de LIBRAS e que esta, não é difícil de ser posta em prática, basta que as empresas e autoridades competentes se comprometam com a causa, assim como os demais devem contribuir e até mesmo cobrar certas reformas.

Inerente à acessibilidade, existe a Inclusão. Este termo apresenta várias interpretações elaboradas por pessoas com distintas experiências. Por exemplo, conforme salienta Lima (2006, p.25) “o termo inclusão relaciona-se ao princípio lógico de pertencimento, fazer parte de, constituir”.

Para Mantoan (1997) a inclusão é um processo que precisa ser construído e vivenciado, para então entender a que dimensões ele abrange. Esse processo deve ser composto por ações políticas e sociais, dadas em todos os seguimentos de ensino, trabalho e nas ruas, para que forneçam ao deficiente a oportunidade de sentir parte do ambiente e proporcionem a ele condições de realizar atividades com tanta eficácia quanto uma pessoa comum.

A inclusão deve ser baseada em princípios que assegurem a construção de igualdade e condição de participação no meio social e pode ser direcionada a qualquer meio ou sistema, que necessite de adaptações físicas, curriculares, metodológicas e mesmo afetivas, não se limitando apenas aos deficientes físicos (GUEBERT, 2007).

Segundo Fernandes (2008) a ideia de inclusão de alunos com deficiência, vai muito mais além do que se imagina, ela engloba tanto as adaptações curriculares das instituições, quanto o preparo e qualificação dos discentes e demais envolvidos, e ainda, a flexibilização

no atendimento distinto para com as particularidades encontradas no contexto escolar e a oferta de apoio através de núcleos pedagógicos ou similares.

A inclusão é resultado de uma sociedade educada pluralmente com senso crítico e também empática, este conceito pode provocar nas instituições de ensino conflitos escolares ou resultados positivos, isso dependerá da forma de como cada essa instituição estiver comprometida com o processo de educação inclusiva.

A proposta de educação inclusiva traduz uma aspiração antiga, se devidamente compreendida como educação de boa qualidade para todos e com todos buscando-se meios e modos de remover as barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, indistintamente. (CARVALHO, 2011, p.65)

Há uma necessidade de reavaliar a eficácia das técnicas para promover a inclusão, verificar como as instituições de ensino privadas ou públicas estão colaborando para que o processo ocorra verdadeiramente, além do mais, é preciso estar atento às necessidades de cada estudante, fazer acompanhamento individual com todos, pois cada pessoa requer uma atenção específica. As instituições de ensino superior podem até montar núcleos de apoio aos deficientes, mas se os próprios discentes não cumprirem seu papel, devido à possibilidade da rejeição pessoal ou com os serviços oferecidos pela instituição, em vão serão as tentativas de acerto. Portanto, é necessário que haja um trabalho conjunto ente IES e alunos deficientes.

Para Mittler (2003, p. 25) “no campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, objetivando assegurar que todos os alunos tenham acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola”. Segundo o autor tal feito assegura que haja interação e participação dos alunos perante as oportunidades promovidas na escola, evitando, assim um possível isolamento e segregação.

Paralela à inclusão existe a exclusão social, que ocorre quando o individuo é marginalizado simplesmente por não se encaixar nos padrões da sociedade e isso ocorre pelo simples fato de não poder exercer tarefas que exigem certo esforço físico ou mental. Portanto, quem não se encaixa na norma padrão social seja por características físicas ou comportamentais é visto como incapaz, inútil, e acaba sendo segregado (GLAT, 2006).

Booth (1999 , *apud* MITTLER, 2003) salienta que ao tratar da inclusão educacional, deve-se repensar também quanto à exclusão, pois estas classificações não são opostas, mas apenas diferentes, uma vez que inclusão não se trata apenas de o aluno frequentar uma escola regularmente e da mesma forma que a exclusão não se limita apenas ao abandono escolar.

Entendendo o conceito de inclusão e exclusão pode-se perceber que muitas instituições costumam discriminar alunos deficientes por meio de desvios da obrigação

educacional e alternativas que mais funcionam como fuga da responsabilidade, ora repassando o aluno deficiente a outras instituições especializadas em educação inclusiva ora não aceitando que a pessoa deficiente se torne aluno da própria instituição. Quando isso ocorre essas instituições que deveriam ser referência em compromisso com a educação e respeito com as diferenças, favorecem a exclusão, uma vez que sem acesso à educação o aluno deficiente acaba sendo marginalizado.

Ramos (2010) destaca a importância de se cobrar do aluno com deficiência a assiduidade em sala de aula, para que este tenha sempre contato com outras pessoas e construa um senso de responsabilidade, quebrando assim, conceitos de dó ou pena e possa receber tratamento igualitário aos demais. Também é importante que o conteúdo seja o mesmo para ambos, porém o que deve mudar é a forma de passar dependendo do tipo de deficiência da pessoa. Isso garante que ele não se sinta excluído, nem que os outros alunos o tratem de forma diferente dos demais.

As pessoas são classificadas como deficientes a partir do momento em que se supõe que estas não são capazes de realizar determinadas tarefas e são submetidas a tratamento especial e isolamento. A deficiência de uma pessoa não deve resultar na segregação da mesma perante a sociedade, pois é a partir dela que se originam preconceitos e exclusão social, fazendo deste fato algo dentro da normalidade, e assim caminhando contra o desenvolvimento educacional (FERREIRA, 1995). Isso é visto nos grupos formados por acadêmicos que menosprezam um deficiente no momento de formar grupos de pesquisas ou fazer provas em duplas, por vergonha ou acreditarem que este só irá atrapalhar o desempenho do grupo.

Diante de tudo posto, percebe-se que ainda há muito que fazer e repensar ao se procurar promover a verdadeira inclusão e acessibilidade à educação em todos os níveis de ensino. Existem muitas políticas que apoiam as PCD's, cabe então que estas mesmas e seus familiares recorram a tais políticas quando tiverem seus direitos negados por quaisquer instituições.

Há também os sistemas de bolsas de ensino que têm ajudado os alunos a ingressarem nas IES, porém, ainda em pequena escala, isto pode ser visto quando se olham editais e verificam-se poucas vagas para deficientes. Com isso percebe-se que há um desinteresse em atrair esses alunos, pois não há marketing direcionado a esse público, sabe-se que mantê-los requer maior investimento, tanto em treinamento quanto em materiais didáticos.

A proposta da inclusão educacional provoca e desestabiliza os sistemas de ensino que estão despreparados para assumir responsabilidades, pois aqui não se pretende excluir nenhum aluno, mas sim melhorar a qualidade de ensino das instituições e alcançar alunos com dificuldades em aprendizagem, para que estes sejam capazes de compreender o que é ensinado (MANTOAN, 2015).

Até poucos anos não se tinham intérpretes nas escolas e os professores do ensino regular não eram submetidos a tantos treinamentos, felizmente essa realidade está mudando, mas pelo caminho do desenvolvimento, essas mudanças estão atrasadas, por mais que haja comprometimento das instituições, é necessário maior empenho em fazer as coisas acontecerem. Aqui vale aceitar o desafio de acolher as pessoas com suas dificuldades e dedicar para que estas alcancem êxito nos estudos.

Um questionamento precisa ser feito também quanto à função dos núcleos de apoio aos deficientes existentes nas instituições de ensino superior, é preciso rever se apenas o aluno é quem deve procurá-lo ou se esses podem ir ao encontro do aluno de forma mais eficaz e assim, contribuir com o progresso acadêmico do discente. Os cursos também devem rever as matrizes curriculares e metodologias de ensino utilizadas há muito tempo, sempre lembrando que cada aluno é diferente e requer orientação específica. Assim, professores sem habilidades para lidar com estes alunos devem procurar desenvolvê-las para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem.

5 METODOLOGIA

Segundo Vergara (2014) as pesquisas se classificam quanto aos fins e quanto aos meios. Esta pesquisa quanto aos fins foi descritiva e explicativa, pois conforme a autora a pesquisa descritiva “não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação” e a pesquisa explicativa “tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno” (VERGARA, 2014, p.42).

Quanto aos meios essa pesquisa foi de caráter bibliográfico, pesquisa de campo e estudo de caso. Sendo pesquisa de campo, pois foi realizada no local onde ocorreu um fenômeno ou que dispôs de elementos para explicá-lo. Bibliográfico devido ser um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais e outros materiais acessíveis ao público em geral. Estudo de caso por ser o circunscrito a uma

ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, comunidade até países e ter caráter de profundidade e detalhamento.

O universo da pesquisa foi formado por 8 (oito) instituições de ensino localizadas na cidade de Anápolis – GO, sendo estas públicas e privadas, classificadas como faculdades, universidades e centros universitários, estas instituições foram identificadas por Aa, Bb, Cc, Dd, Ee, Ff, Gg, e Hh no decorrer do trabalho devido a padrões éticos de identificação. A amostra por consequente foi definida por critérios de acessibilidade, sendo selecionados os cursos de licenciatura e bacharel das instituições participantes, a fim de levantar a quantidade de alunos matriculados classificados como deficientes no período de agosto a dezembro do ano de 2016.

A coleta de dados ocorreu através de pesquisas em livros, artigos e periódicos relacionados à temática Deficiência e Educação Inclusiva. Após a leitura da bibliografia e o entendimento do assunto, foram expostos os conceitos e definições do tema. Em sequência, foram aplicados dois questionários semiestruturados, sendo um para um aluno do curso de Direito de uma Universidade particular que se dispôs a contribuir com a pesquisa e outro aos coordenadores de cursos das instituições participantes. Também foi feito contato mediado pela ouvidoria de duas instituições do segmento privado. E por fim, a coleta de dados ocorreu por critérios de observação, com o objetivo de levantar dados para dar suporte no momento de discutir a temática Acessibilidade.

Os dados então foram tratados de forma qualitativa, servindo de apoio a fundamentação teórica ora exposta anteriormente e firmam-se nas considerações feitas ao término da pesquisa, trazendo reflexões, argumentações e interpretações aos diversos leitores que possam ter contato com este trabalho.

A metodologia escolhida para construção da pesquisa apresentou limitações referentes à coleta e tratamento de dados devido à dificuldade em ter contato com as pessoas responsáveis pelo assunto abordado no trabalho, ou seja, responsáveis por promover a inclusão, dentro das instituições pesquisadas. Ainda houve certa demora por parte de uma instituição em contribuir com a pesquisa não sendo possível incluir todos os dados de forma íntegra.

Outro fator limitante foi o fato de que duas instituições, uma de caráter público localizado da região sul de Anápolis e outra privada localizada na região norte da cidade não quiseram participar da pesquisa, estas foram visitadas, mas no momento não havia funcionário para responder ao questionário, ainda foram feitas tentativas de contato via e-mail

e telefonema, porém todos os métodos não obtiveram sucesso. As demais instituições participantes recusaram-se a fornecer identificação ou contato dos alunos matriculados classificados como deficientes, dificultando o estudo de caso.

O aluno ora selecionado foi escolhido por critérios de acessibilidade e permitiu ser observado por vontade própria. Este aluno é estudante no curso de Direito de uma IES privada da região norte de Anápolis e possui deficiência física, sendo necessário que utilize bengala de apoio para se locomover. O discente revelou que ficou deficiente após sofrer um acidente de trânsito na adolescência e alguns anos após sofrer outro acidente envolvendo cavalos.

6 ANÁLISE DE RESULTADOS

Do universo pretendido, duas instituições não permitiram acesso nem disponibilizaram nenhuma informação sequer. Estas duas são as instituições Aa, instituição de ensino superior público e a instituição de ensino superior Bb, de cunho privado. As 6 (seis) instituições participantes forneceram informações de quantos alunos estavam matriculados no período de agosto a dezembro de 2016 e se enquadravam na condição de deficientes e qual era o tipo de deficiência que lhes caracterizavam. Essas informações auxiliaram a compreensão dos diferentes públicos que estão buscando um lugar no ensino superior e analisar se as instituições presentes no município estudado estão mesmo preparadas para amparar e apoiar o ingresso e êxito acadêmico desses estudantes.

A instituição Cc, que é uma universidade de ensino de caráter público, informou que havia matriculado no período da pesquisa três alunos com deficiência, sendo um deficiente auditivo e dois alunos deficientes visuais. As instituições Dd e Ee, que são unidades de ensino superior privada pertencente à mesma instituição segmentadas em cursos de graduação e cursos de especialização, relataram não haver alunos deficientes matriculados no período da pesquisa, estas instituições afirmaram que ano anterior à pesquisa havia alunos deficientes físicos matriculados e que estes concluíram com êxito sua graduação.

A instituição Ff, pertencente à rede privada de ensino, apresentou um grande número de alunos matriculados no período da pesquisa. No total são vinte e seis alunos matriculados no segundo semestre letivo do ano de 2016, diagnosticados como deficientes distribuídos nos cursos presenciais e cursos ministrados na modalidade EAD (educação à distância). Desse total de vinte e seis alunos, oito alunos são deficientes físicos matriculados nos cursos presenciais e sete estão matriculados nos cursos de modalidade EAD, sendo que apenas dois

utilizam cadeiras de rodas, os demais utilizam equipamentos como muletas e andadores, todos podem acessar as salas de aula através do elevador que há na instituição. Sete alunos possuem baixa visão, havendo necessidade de provas com fonte gráfica maior que o comum e mesmo a utilização de lupas, porém apenas um aluno dentre os sete estuda na modalidade presencial, os seis demais são alunos de EAD, que só comparecem à instituição para fazer as avaliações de aprendizagem periódica. Dois alunos são deficientes auditivos, mas não necessitam de intérprete, apenas utilizam aparelho auditivo e dois alunos são deficientes mentais, diagnosticados, um com esquizofrenia e o outro com Transtorno de Déficit de Atenção.

A instituição privada Gg informou haver oito alunos deficientes matriculados, sendo dois deficientes físicos cadeirantes, cinco alunos portadores do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e um aluno deficiente visual com baixo grau de visão. Por fim, até a data da construção do artigo a instituição privada Hh informou que havia matriculado cinco alunos deficientes, dentre os quais, um aluno apresenta deficiência visual, outro possui deficiência auditiva e três são deficientes físicos. Referente a esses últimos, dois são cadeirantes, e um utiliza de bengalas para se locomover.

O aluno deficiente físico matriculado na instituição Hh, que utiliza bengala para se locomover, foi convidado a participar de uma entrevista oral e prestar depoimento sobre sua rotina na instituição a qual ele estuda há quase três anos. O aluno contou que não enfrenta dificuldades quando foi questionado sobre a acessibilidade arquitetônica, pelo fato de as rampas de acesso apresentarem inclinação ideal e também barras de apoio nas próprias rampas. O mesmo também revelou que conseguiu bolsa parcial de estudos direcionada a alunos com deficiências e a outra bolsa parcial cedida pela instituição devido ao aluno ser funcionário da mesma em horário diferente do curso, resultando em nenhum custo de mensalidade com o curso matriculado, porém com dificuldades de acompanhar o andamento das aulas e cumprir a carga horária de trabalho exigida pela empresa, o aluno pediu redução de jornada, mas teve o pedido negado e salientou que a instituição promoveu dificuldades para que continuasse com o benefício de duas bolsas de ensino vendo-se então obrigado a mudar para um curso com menor valor financeiro. O discente ressalta que nunca sentiu ou sofreu nenhum tipo de preconceito por parte dos demais alunos na instituição e que nunca precisou de tempo adicional para realizar provas e exames, mas que em nenhum momento a direção ou coordenação dos cursos frequentados ofereceu-lhe qualquer auxílio ou mesmo se identificou.

Quanto ao questionário aplicado ao discente, quando foi perguntado ao aluno se ele se sentia acolhido ou mesmo se a coordenação do curso oferecia apoio educacional devido a sua condição, ele revelou que não sentia tratamento diferenciado a menos que solicitasse e que participava das atividades propostas pelos professores naturalmente. Sobre este ponto Ferreira (1995) acredita que cabe às instituições promover condições de participar do meio social sem intervenções, mas sim de forma autônoma, porém estando sempre a par dos acontecimentos e pronta para manifestar-se caso seja necessário, evitando assim tratamento excepcional e possível segregação.

Quando foi questionado ao aluno se ele havia procurado o núcleo de apoio ao discente, o mesmo disse que nunca houve necessidade, e quando foi questionado se ele considerava fácil a locomoção e métodos de ensino devido a sua deficiência, o mesmo disse que ambos eram adequados, desta perspectiva Fernandes (2008) salienta que quando a acessibilidade é verdadeiramente eficaz é possível se ter uma inclusão efetiva. De fato uma educação de qualidade acontece somente quando existem critérios e recursos destinados a cumprir o objetivo da educação inclusiva, para isso é necessário à participação de pessoas comprometidas e com motivação própria para tal.

Também foi perguntado ao aluno se ele havia sofrido algum preconceito vindo de outros alunos ou funcionários dentro da instituição, e a resposta foi negativa. Esse é um fator positivo, pois se sabe que ainda existem pessoas que ridicularizam e sentem prazer em menosprezar outros indivíduos devido às condições que se encontram. Glat (2006) revela que as pessoas se sentem ameaçadas na presença de coisas que estão fora dos padrões estabelecidos no mundo em que vivem e por isso evidenciam essas diferenças por medo de se misturarem, assim os preconceitos são medos do desconhecido, por isso é tão importante promover a inclusão.

Referente ao questionamento feito com os professores e profissionais das instituições de ensino, quando foi perguntado se os alunos deficientes os procuravam mediante uma necessidade, todos afirmaram que somente em casos esporádicos como por motivos de falta em dia de avaliação. E quando foi perguntado aos professores se eles se sentiam preparados para atender a este público ou se houve momentos de dificuldade em atender a esses alunos, afirmaram não haver grandes dificuldades, pois eram situações fáceis de serem resolvidas e os alunos eram fáceis de ser compreendidos. A dificuldade maior era quando o aluno era deficiente auditivo e o profissional não sabia se comunicar por LIBRAS, sendo necessária a participação de um intérprete. Nota-se aqui a necessidade de uma formação continuada para

com os profissionais da educação para que estejam aptos a pelo menos interpretar as necessidades de seus alunos. Carvalho (2011) ressalta a importância de remover qualquer tipo de barreira que impeça o desenvolvimento no âmbito da educação inclusiva, isso inclui treinamentos, melhorias estruturais e outros fatores que colaborem com a qualidade no ensino.

Ao perguntar aos profissionais se eles participavam do núcleo de apoio ao discente deficiente apenas três dos trinta entrevistados, contando todas as instituições participantes responderam que sim, eles mencionaram que o núcleo funciona em dias alternados ou quando há eventos esporádicos. Cada núcleo de sua respectiva instituição possui um número de participantes que vão de 3 a 5 membros. Mantoan (1997) afirma que a inclusão educacional é um processo que deve ser presenciado e abranger políticas como a criação de núcleos, e também contar com a participação do maior número de pessoas. Somente quando as pessoas convivem e conhecem a condição alheia é que são capazes de simpatizar com o próximo e propor soluções para melhorias quanto às suas condições.

Ao ser questionados se eles consideram que a instituição que trabalham oferece condições satisfatórias para a permanência e bom desempenho de um aluno deficiente ou ainda, se eles acreditam que os conteúdos ministrados e materiais utilizados em sala de aula são eficazes no processo de ensino-aprendizagem ao qual participam alunos deficientes, os entrevistados revelaram que algumas reformas ainda precisam ser feitas tanto quanto os critérios de acessibilidade já mencionados, como no próprio sistema educacional. Essas mudanças segundo eles não precisam ser drásticas, mas sim mais coniventes com a real condição da instituição, desde a implantação de um elevador a mudanças nos métodos de avaliação ou conteúdo ministrado. Assim Guebert (2007) ressalta que a inclusão deve se apoiar em processos e princípios que promovam participação de todos no âmbito social, não se limitando apenas aos deficientes. Então, para que ocorra uma eficaz construção de igualdade, é necessário realizar alterações ou adaptações tanto curriculares quanto nos outros campos da acessibilidade e acompanhamento na aplicação dos recursos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações levantadas depreende-se que há uma mudança acontecendo vagarosamente em meio às instituições de ensino superior. Estas, mesmo apresentando critérios de acessibilidade eficientes ainda precisam ser reavaliadas em questões como apoio e incentivo ao discente deficiente.

Sobre o objetivo geral que foi analisar os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência na tentativa de ingresso e permanência como discentes do ensino superior, após aplicação da metodologia pôde-se evidenciar que as pessoas com deficiência estão conquistando espaço e aceitação em meio à sociedade e não mais vistas como seres incapazes de realizar feitos distintos, porém sabe-se que ainda existem pessoas com julgamentos preconcebidos pelo senso comum que depreciam pessoas com deficiência. Também nota-se certa falta de apoio das instituições e mesmo dos pais, pois no decorrer da pesquisa de campo a instituição Ff revelou que alguns pais se opunham a enquadrar seus filhos no grupo de alunos com deficiência. Foram constatadas dificuldades em acesso no critério metodológico, pois somente a instituição pública Aa possuía professor intérprete de LIBRAS no período da pesquisa, as demais não contavam com esse profissional à disposição no período e pouca quantidade de material impresso em braile devido ao alto custo financeiro que proporciona.

Diante do primeiro objetivo específico que foi verificar as diretrizes que regem a inclusão, ingresso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior como discentes, de modo a diagnosticar sua autonomia e execução foi constatado que realmente existem muitas políticas que asseguram e amparam os direitos dos deficientes. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da educação) e a Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988, juntamente com decretos, acordos e convenções, criados e/ou promulgados há bastante tempo estão sim a favor de apoio e amparo não somente aos deficientes, mas a todos que precisem de auxílio, tendo as instituições de ensino consciência desse fato e executando sempre que necessário, cabe então para uma próxima pesquisa buscar se estes tem procurado esse apoio.

O caminhar da educação inclusiva nas Instituições de Ensino Superior parece estar direcionado ao ensino de qualidade e compromisso com a educação, mas ainda se depara com a necessidade de políticas públicas mais viáveis que valorizem a pessoa como cidadã, respeitando suas características e especificidades. Espera-se que as IES se responsabilizem cada vez mais frente às diferentes demandas das pessoas e que isso aconteça tanto a nível regional como nacional.

Diante do segundo objetivo específico que visou expor e esclarecer conceitos e classificações já definidas por entidades e instituições com real competência para criar tais definições, evidencia-se que é inaceitável utilizar jargões e palavras de senso comum que possam ofender e rebaixar a imagem da pessoa e diminuí-la por apresentar qualquer tipo de deficiência, é, portanto fundamental entender que uma pessoa com deficiência não é diferente

de um ser humano sem deficiência, mas que apenas possui restrições ou limitações quanto a função de órgãos ou execução de atividades específicas. Também é crucial que empresas e instituições entendam como é definido cada tipo de deficiência para que assim possam se preparar para atender as distintas dificuldades e necessidades das pessoas com deficiência e não apenas prover materiais ou objetos limitados à acessibilidade comunicacional ou arquitetônica.

O terceiro objetivo específico que teve por finalidade compreender e discutir sobre os conceitos de acessibilidade, inclusão e exclusão social, apontando suas aplicações nas instituições de ensino auxiliou os pesquisadores e leitores a compreender as diferentes variações conceituais existentes, mostrando assim que acessibilidade e inclusão não se limitam apenas a materiais em Braille ou faixas coloridas, sinais e nem somente a rampas e elevadores, mas a união desses e muitos outros fatores utilizados em conjunto com sabedoria para que, como um ciclo, a acessibilidade aconteça promovendo a inclusão e eliminando a exclusão, assim sendo ambas não devem ser tratadas separadamente, mas sim pensadas em uma cadeia de acontecimentos e feitos que proporcionam ao indivíduo interação com pessoas, capacitação para realizar atividades e estar em lugares desejados sem grandes dificuldades.

Também foi fato surpreendente aos autores deste trabalho ver o número de alunos matriculados nos cursos da modalidade de EAD, pois essa modalidade requer maior disciplina dos estudantes e esforço por não haver um professor propriamente dito no momento dos estudos, porém compreende-se que esta modalidade auxilia o contato com a educação superior por promover melhor acesso a questões de mobilidade, estrutura e interação com o meio digital, cabe também aqui uma atenção quanto ao comprometimento do corpo docente com a causa.

A modalidade de ensino EAD é constituída de grandes conquistas oriundas de tecnologias da informação e outros conhecimentos, isso provoca a democratização do acesso à educação, otimização econômica, e também é muito eficaz em cumprir os objetivos do processo de ensino, preservando realidades regionais e superando-nas.

Pode-se salientar então, que as instituições devem oferecer condições favoráveis à aprendizagem, promovendo também a inclusão social de deficientes eliminando preconceitos e barreiras sociais, pois a aprendizagem ocorre não apenas na sala de aula, mas em todo o ambiente composto por pessoas e acontecimentos. Assim, é preciso que gestores, coordenadores, professores e demais profissionais estejam atentos ao ambiente que compõem

e possam colaborar com ideias e praticá-las para prover que o processo de aprendizagem aconteça, uma vez que este é o objetivo de qualquer instituição de ensino.

Acesso à educação é um direito de todos e isso já está garantido por lei, resta agora que as instituições contribuam para o cumprimento deste direito. Explorando maiores habilidades e competências dos professores universitários e também investindo em estruturas físicas e materiais. Por fim, é preciso repensar quanto às grades curriculares dos cursos, como já foi ressaltado antes, adequar a matriz às condições para que todos consigam acompanhar as aulas ministradas, além é claro, de qualificar profissionais e eliminar verdadeiramente barreiras físicas e outras mais que impedem o verdadeiro acesso do aluno rumo ao conhecimento e educação de qualidade.

8 ABSTRACT

The present article deals with a descriptive and explanatory research, as well as bibliographical, field research and case study elaborated from reading in books, articles and other sources, and through observation and application of questionnaire within educational institutions Superior, these being public and private with the main objective of analyzing the challenges faced by people with disabilities in the attempt to join and stay as students of higher education. The research makes observations on the guidelines that welcome people with disabilities, highlights concepts about the various types of deficiencies, helps the reader to understand what is becoming accessible and included and also exposes the number of students characterized as disabled enrolled in institutions Participants in the construction of the work. With this information it is intended to break with established prejudices and encourage more students to seek higher education, and of course to provoke educational institutions to pay more attention to this public, thus promoting a true inclusive education, not just limiting quotas For students with difficulties and limitations.

Key-Words: Accessibility, Inclusion, Deficiency, Inclusive Education.

9 REFERÊNCIAS

AMPUDIA, Ricardo. **O que é Deficiência Física?** 1 de Setembro 2016. Disponível em: <<http://novaescola.org.br/conteudo/269/o-que-e-deficiencia-fisica>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2016. Coleção Saraiva de Legislação.

_____. **Decreto Nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999 - Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 27 fev. 2017.

_____. **Decreto nº 3.956**, de 08 de Outubro de 2001. Convenção da Guatemala, de 28 de maio de 1999. Disponível em: <<http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/6/29>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

_____. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 fev. 2017.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 27 fev. 2017.

_____. **PORTARIA SEDH Nº 2.344**, de 3 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port_2344_pcd.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2017.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Deficiência Auditiva**. org. Giuseppe Rinaldi et al. Brasília: SEESP, 1997.

BUENO, José Geraldo Silveira. **A educação especial nas universidades brasileiras**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2002.

CARAVALHO, Edler Rosita. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos “is”. 8.ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FERNANDES, Sueli. **Metodologia da Educação Especial**. Paraná: IBPEX, 2008.

FERREIRA, Julio Romero. **A exclusão da diferença**: a educação do portador de deficiência. 3.ed. Piracicaba: Unimep, 1995.

Gagliardi, C.; Barrella, F. F. (1986). Uso da informática na educação do deficiente auditivo: um modelo metodológico. Em Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), **Anais da XVI Reunião Anual de Psicologia** (pp. 120-123). Ribeirão Preto: SBP.

GIL, Marta. **Deficiência Visual**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000.

GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiências**: uma reflexão. 3.ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

_____. **Somos iguais a vocês**: depoimento de mulheres com deficiência mental. 2.ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2009.

GUEBERT, Mirian Célia Castellain. **Inclusão**: uma realidade em discussão. 2.ed. Curitiba: IBPEX, 2007.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: AVERCAMP, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: SENAC, 1997.

_____. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MANUAL DE REDAÇÃO - **Mídia Inclusiva**. redação e edição: Antonio de Oliveira, Daniela Sallet, Graça Vasques, Isabel Bonorino, Juliana Carvalho, Marinella Peruzzo, Michele Limeira, Sheyla Scardoelli e Vanessa Lopez. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio grande do Sul, 2011. Disponível em: <http://www.portaldeaccessibilidade.rs.gov.br/uploads/1313497232Manual_de_Redacao_AL_Inclusiva.pdf>. Acesso em 27 fev. 2017.

MANUAL diagnóstico e estatístico de transtorno - **DSM-5** / [American Psychiatric Association], trad. Maria Inês Corrêa Nascimento *et al* revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli *et al*. Porto Alegre: Artmed, 2014. xlv, 948 p.; 25 cm.

MARCHESI, A. **Comunicação, Linguagem e Pensamento**. Em César Call; Jesus Palácios & Álvaro Marchesi. (Orgs.), Desenvolvimento Psicológico e Educação (pp. 200-216). Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Trad. Windy Brazao Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca. Espanha. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

OMS. **CIF**: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde [Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais, org.; coordenação da tradução Cassia Maria Buchalla]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2003.

PACIEVITCH, Thais. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

RAMOS, Rosana. **Inclusão na Prática**: estratégias eficazes para a educação inclusiva. 2.ed. São Paulo: Summus, 2010.

ROCHA, Wellington Torres da. **Deficiência Mental**. 15 de abril de 2013. Disponível em: <<http://pedagogiaaopedaletra.com/deficiencia-mental/>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

SANTOS, Pablo Silva M. Bispo dos. **Guia prático da política educacional no Brasil**: ações, planos, programas e impactos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

10 APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário aplicado ao discente

- 1- Nome completo.
- 2- Em qual instituição você estuda? E qual é o seu curso?
- 3- Você se sente acolhido pela instituição de ensino enquanto aluno deficiente?
- 4- A coordenação do seu atual curso já ofereceu qualquer tipo de apoio sem que você solicitasse?
- 5- Você já procurou algum auxílio do núcleo de apoio ao aluno deficiente? Em caso positivo, qual?
- 6- Você considera fácil o acesso às salas de aulas e aos demais espaços dentro da instituição?
- 7- Você já sofreu algum tipo de preconceito por parte de outros alunos e funcionários da instituição devido a sua deficiência?

APÊNDICE B - Questionário aplicado à coordenação das instituições:

- 1- A qual instituição e curso superior você esta vinculado?
- 2- Os alunos com deficiência procuram pelo seu apoio frequentemente?
- 3- Você se sente preparado para atender aos alunos com diversas deficiências?
- 4- Em algum momento houve dificuldade para auxiliar algum aluno deficiente?
- 5- Você participa do núcleo de apoio ao discente deficiente?
- 6- Você considera que a instituição oferece condições satisfatórias para a permanência e bom desempenho de um aluno deficiente?
- 7- Você acredita que os conteúdos ministrados e materiais utilizados em sala de aula são eficazes no processo de ensino-aprendizagem ao qual participam alunos deficientes?